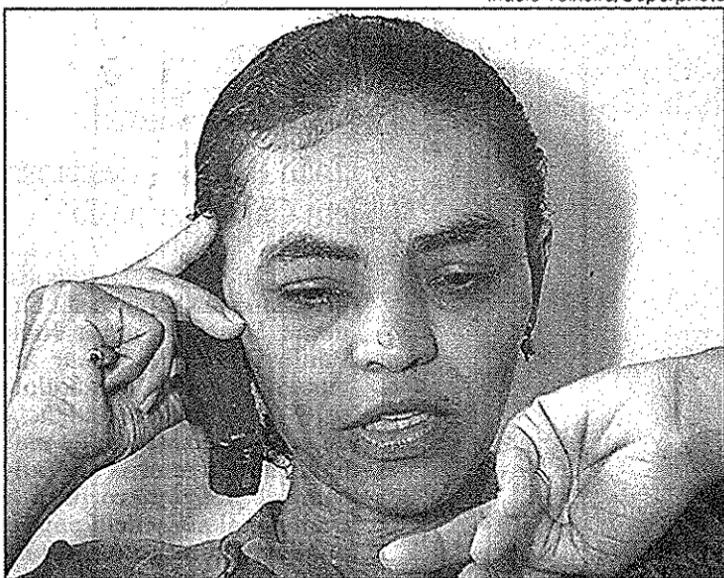


500 ANOS

ACM afirma que polícia 'agiu com moderação'

Inácio Teixeira/Copeirphoto



A senadora Marina Silva (PT-AC), que denuncia intolerância

CNBB vai receber relatório sobre a repressão em Cabralia

Bispos chegam hoje a Porto Seguro para missa e assembléia-geral

ROLDÃO ARRUDA
Enviado especial

PORTO SEGURO – A violência contra os índios terá repercussões no meio episcopal católico. Embora não faça parte da pauta oficial da assembléia-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que começa amanhã, o assunto causará debates na reunião. Hoje, quando desembarcarem em Porto Seguro para a assembléia, os bispos serão recebidos com um detalhado relatório preparado pelo presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), d. Franco Masserdotti, sobre os fatos ocorridos no dia 22. No fim do documento, ele pede aos dirigentes da Igreja no Brasil uma manifestação. Nessas ocasiões, tradicionalmente, a Igreja se manifesta.

D. Masserdotti, bispo de modos afáveis que preside o Cimi desde o ano passado, estava ao lado dos índios quando eles foram emboscados e atacados com bombas de gás lacrimogêneo.

Ele chegou a recolher a cápsula de uma delas para mostrar aos seus colegas do episcopado. Outro bispo que participou do ato foi d. Tomás Balduino, dirigente do Cimi nos anos do regime militar e atual presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A violência também terá repercussões na cerimônia que será realizada amanhã para lembrar a primeira missa em solo brasileiro e o início do processo de 500 anos de evangelização. A direção do Cimi anunciou que d. Franco não participará da celebração, por não considerar isso adequado, após os fatos do dia 22.

A missa comemorativa será realizada na Praia do Ilhéu de Coroa Vermelha – o mesmo local onde o franciscano Henrique de Coimbra, o capelão da esquadra de Pedro Álvares Cabral, rezou a primeira missa, no dia 26 de abril de 1500. A celebração será conduzida pelo enviado especial do papa, cardeal Angelo Sodano, segundo homem mais importante na hierarquia do Vaticano, e está prevista a participação de todos os bispos do País.

Para alguns agentes pastorais da ala mais radical do Cimi, instituição vinculada à CNBB, a cerimônia da primeira missa deveria ser cancelada.

Já a senadora Marina Silva diz que FHC é menos tolerante do que Collor

BRASÍLIA – O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), chegou a Brasília na tarde de ontem determinado a dar sua versão sobre os conflitos ocorridos na Bahia durante as comemorações dos 500 anos do Brasil. Certo de que os fatos não foram tão graves quanto noticiados pela mídia, o senador defendeu a ação policial que, na sua avaliação, teve efeito preventivo. “A PM agiu com ponderação, com toda calma, para evitar um conflito maior que seria desmoralizante para o Brasil”, ressaltou.

Para o senador, a mídia não destacou os eventos das comemorações, mas se concentrou na ação policial que ele classificou de moderada. Comparou, inclu-

sive, a cobertura jornalística dos 500 anos – que, no seu entender, não ressaltou a beleza da festa – com o que ocorreu recentemente durante reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI). A importância do encontro de Washington teria sido reduzida diante do espaço dedicado pela mídia às manifestações de protesto.

Decidido a dizer “a verdade”, Antonio Carlos disse que não houve abuso da polícia. “A verdade é que se evitou um massacre, pois queriam impedir as comemorações dos 500 anos”, afirmou. Segundo o presidente do Senado, na sexta-feira fora acertado um acordo no sentido de os índios e os trabalhadores do Movimento dos Sem-Terra (MST) permanecerem em Coroa Vermelha. “Mas foram para Eunápolis e, insuflados, queriam impedir o tráfego de milhares de turistas para Porto Seguro”, relatou.

Segundo o presidente do Senado, o governo federal tomou todas as providências para que as comemorações transcorressem

em paz e em ordem e, portanto, “não teve culpa” pelos incidentes. Ele informou ainda que no dia 18, houve uma reunião com integrantes do PT, com presença de Luís Inácio Lula da Silva, quando se firmou um acordo pelo qual os manifestantes deixariam Porto Seguro antes do dia 22. Mas esse acordo, conforme relatou, não foi cumprido.

Comparação – Em Porto Seguro, a senadora acreana Marina Silva (PT), disse ontem que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso precisa aprender a conviver com fóruns alternativos. Ela se referia ao movimento intitulado Outros 500, impedido de realizar em Porto Seguro uma manifestação paralela às celebrações oficiais. “É triste fazer uma comparação desse tipo, mas até no governo de Fernando Collor esses fóruns alternativos foram tolerados”, disse. “Na verdade, o que se viu

aqui foi a intolerância do governo com os fóruns alternativos, que hoje constituem uma rotina nos países civilizados. No Brasil, já havíamos assistido isso durante a realização da Eco-92, que reu-

niu chefes de Estado de todo o mundo e conviveu tranquilamente com um fórum alternativo de ONGs. Vivíamos tempos do governo Collor. E agora? Só pode existir a manifestação da casa grande, do rococó.” A sugestão da senadora é levar o assunto à Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

Direitos – Os deputados que integram a Comissão de Direitos Humanos da Câmara vão se reunir extraordinariamente na quinta-feira para discutir os incidentes. De acordo com o presidente da Comissão, deputado Marcos Rolim (PT-RS), já estão confirmadas as presenças do ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) Carlos Frederico Marés e do procurador da República em Ilhéus Márcio Torres. Foram convidados, mas ainda não confirmaram a presença, o

ministro da Justiça, José Gregori, e o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso.

“Os fatos da Bahia abriram um precedente gravíssimo no País: como os movimentos sociais devem se portar a partir de agora se o presidente estiver presente num evento? Devem se

preparar para enfrentar a polícia?”, questionou Rolim. Segundo o deputado, ocorreu uma situação de “estado de sítio” durante as comemorações. Rolim espera que na audiência pública seja esclarecida a participação do governo no episódio. (AE, Roldão Arruda, Mariângela Galucci)

DEPUTADOS
FARÃO
REUNIÃO
ESPECIAL